



Evidenciação de Informações Socioambientais, Teoria Institucional e Disclosure: Um Estudo com Mineradoras Brasileiras

David Daniel Hammes Junior
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
juniorhammes@yahoo.com.br

Leonardo Flach
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Leonardo.flach@gmail.com

Resumo

Este estudo tem por objetivo analisar o nível de evidenciação de informações socioambientais entre os relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas brasileiras de mineração. Como método de pesquisa para atingir este intento, fez-se uso do instrumento estabelecido por Sampaio *et al.* (2012). Este instrumento leva em conta quatro grupos de indicadores em consonância com os procedimentos fixados pela Norma Brasileira de Contabilidade T – 15 e outras recomendações dos institutos Ethos e IBASE, além das diretrizes estabelecidas pelo *Global Reporting Initiative* (GRI) para o desenvolvimento dos relatórios anuais e de sustentabilidade. Para a elaboração do estudo, foram analisados dez relatórios anuais e de sustentabilidade de cinco empresas de mineração, publicados nos anos de 2008 e 2013. A seleção da amostra foi realizada através do software *Econômica* e teve como critério o maior valor de Patrimônio Líquido no ano de 2013 entre as empresas enquadradas no segmento de mineração. Utilizou-se a escala Likert, a média, o desvio padrão, as frequências relativas e acumuladas como análise do estudo, além de fazer uma comparação com os dados obtidos. Os resultados demonstram um aumento no nível de evidenciação socioambiental nos relatórios contábeis e de sustentabilidade das empresas brasileiras de mineração.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Evidenciação Contábil; Informações Socioambientais; Mineradoras Brasileiras.

1 Introdução

O volume de impactos ambientais causados por diversas empresas brasileiras do setor de mineração vem preocupando a sociedade. O aumento do processo de industrialização brasileiro, fez com que empresas dos mais variados setores, passassem a produzir cada vez mais. Com isso, passaram a explorar os recursos naturais de maneira desenfreada. O foco de uma empresa era aumentar sua produção, sempre com a intenção de lucrar mais. Porém, para isso se tornar possível, empresas de diferentes segmentos de produção, exploravam o meio ambiente sem



pensar que os recursos naturais explorados poderiam se tornar escassos ou até mesmo inexistentes no futuro.

Diversos estudos relatam a questão socioambiental das empresas brasileiras de mineração. Dentre estes, pode-se indicar os trabalhos desenvolvidos por Sampaio *et al.* (2012) e Dias *et al.* (2013), que procuram explicar as alterações no nível de divulgação de informações socioambientais em determinado período temporal.

A contabilidade é fundamental no processo de divulgação de informações de empresas dos mais variados segmentos, sendo útil para usuários internos e externos. De acordo com Dias *et al.* (2013), a contabilidade está sendo cada vez mais utilizada por gestores de empresas, tanto como apoio a tomada de decisão, como para planejamento econômico e estratégico.

Diante disso, percebe-se que as organizações, principalmente as que são as maiores responsáveis por causar impactos ambientais, vêm divulgando, por meio dos relatórios anuais de sustentabilidade, informações que mostram um trabalho responsável, onde ao mesmo tempo em que se produz, há também práticas e projetos ligados à situação ambiental. Essa evidenciação de informações tem como objetivo principal atrair novos investidores e clientes, além de buscar destaque econômico e ambiental.

É nesse contexto que se insere esta pesquisa, na forma de qualidade de produção e responsabilidade em relatórios socioambientais de empresas de mineração, com o propósito de fornecer informações sociais e ambientais aos usuários externos das informações. Com isso, surge a questão que norteou a pesquisa: **qual é a variação do nível de evidenciação socioambiental nos relatórios contábeis das empresas brasileiras de mineração, ao comparar os anos de 2008 e 2013?** Dessa forma, realiza-se um estudo do comportamento comparativo entre cinco empresas brasileiras de mineração, com o objetivo de identificar o nível de evidenciação de informações ambientais e sociais nos relatórios contábeis em um intervalo temporal entre 2008 e 2013.

O objetivo geral desta pesquisa é identificar o nível de evidenciação de informações socioambientais entre os relatórios anuais e de sustentabilidade. Já nos objetivos específicos, busca-se identificar as empresas do segmento de mineração registradas na Bovespa, selecionando para o estudo as que apresentaram maior Patrimônio Líquido no ano de 2013. A partir disso, a ideia é fazer uma comparação entre essas empresas, verificar a evolução das informações no intervalo temporal da pesquisa e desenvolver uma análise comparativa entre a amostra selecionada.

Devido à preocupação ambiental nos dias atuais e ao índice de degradação ao meio ambiente, busca-se com esse trabalho o nível de evidenciação socioambiental e as aplicações de práticas sustentáveis nas empresas brasileiras de mineração. O segmento escolhido se justifica pelos seguintes motivos: evolução do mercado mineral no Brasil; importância da sustentabilidade para lucratividade e para geração de valorização; sustentabilidade social como forma de exemplo para outros setores de produção; e principalmente por ser um segmento de forte impacto aos ecossistemas.

A preferência em analisar os relatórios anuais e de sustentabilidade divulgados pelas empresas do setor de mineração, é pelo fato destes disponibilizarem informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa, servir como ferramenta de análise das informações divulgadas e com isso realizar um estudo do nível de evidenciações socioambientais.

O tema da pesquisa tem como finalidade fornecer informações e análises comparativas diante da responsabilidade socioambiental de um grupo de empresas do mesmo setor. É exposta a relevância de práticas sustentáveis nas empresas de mineração, a fim de transmitir o nível de preocupação com o meio ambiente.

2 Referencial Teórico

2.1 Teoria Institucional

A teoria institucional tem suas bases no estruturalismo, o qual foi vislumbrado pela teoria das organizações como um processo que procura analisar e interpretar os aspectos relacionais internos da organização. O comportamento humano na organização tende a corresponder à expectativa do sistema maior, o que ocorre pela elaboração de um sistema social que aprova determinados comportamentos e desaprova outros (MOTTA, 2006). Seu objetivo é sistêmico, ou seja, esses aspectos apresentam importância em razão da sua interdependência. Em outras palavras, uma tarefa ou processo justifica-se pelo encontro com sua etapa subsequente dentro da organização. Dada à importância dessa interdependência, o todo é mais importante que as partes.

A teoria institucional indica que as organizações necessitam incorporar regras e crenças institucionalizadas para que sejam percebidas como legítimas (DIAS FILHO, 2009; TOLBERT; ZUCKER, 2009). Neste sentido, têm obtido destaque os estudos que utilizam a Teoria da Legitimidade para explicar os mecanismos de evidenciação, principalmente àqueles de natureza socioambiental.

As empresas brasileiras vêm buscando alcançar essa legitimidade por meio da evidenciação de informações socioambientais, pelo fato desse tipo de informação estar alinhado com a preocupação social. Apesar do crescimento no volume de evidenciação das informações socioambientais, é necessário melhorar a qualidade e a quantidade de informação divulgada, pois na maioria desses relatórios as informações são divulgadas fragmentadas e de forma não integrada (ADAMS; HILL; ROBERTS, 1998). Ainda a respeito da qualidade das informações socioambientais divulgadas, Deegan e Rankin (1999) apontam para a discussão da impossibilidade de tomada de decisões mais confiáveis, uma vez que a evidenciação destas informações não reflete com precisão os riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades das empresas.

Neste contexto, a teoria institucional propõe que grandes pressões vindas da sociedade levam a práticas e ações semelhantes e uniformes. A fim de atender essa pressão, surge o processo de isomorfismo entre as empresas.

A seguir serão apresentados três tipos de isomorfismos que servem como fundamentação teórica para os respectivos eventos encontrados nas empresas estudadas: isomorfismo mimético, isomorfismo normativo e isomorfismo coercitivo.

2.1.1 Isomorfismo mimético

O isomorfismo mimético é baseado nas incertezas vindas do ambiente e na observação e imitação de características antes alheias a organização baseadas em organizações tidas como de sucesso (GIMENEZ; HAYASHI; GRAVE, 2005). Este tipo de isomorfismo demonstra a realidade das empresas brasileiras de mineração, onde práticas e ações desenvolvidas em



determinadas empresas que apresentam um resultado positivo, são imitadas pelas demais do mesmo segmento com intuito de também atingir o sucesso.

2.1.2 Isomorfismo normativo

O isomorfismo normativo está relacionado à profissionalização, ou ao seu grau, e essa afeta principalmente de duas maneiras o isomorfismo: a primeira maneira é pela construção e consolidação de uma base cognitiva e legitimação para a ocupação, já na segunda maneira, é apresentada como a formação e manutenção de “*networks*” profissionais (GIMENEZ; HAYASHI; GRAVE, 2005). O isomorfismo normativo tem origem na profissionalização, educação formal, disseminação de conhecimento por especialistas e na definição de métodos de trabalho para estabelecimento de uma base cognitiva e de legitimidade (DIMAGGIO; POWELL, 1983, p. 152).

Desta forma, é relevante mencionar que este tipo de isomorfismo está ligado com a gestão de pessoas nas organizações. Segundo DiMaggio e Powell (1983), o isomorfismo normativo provém da profissionalização, que segundo os autores origina-se de um esforço coletivo para controlar a produção de procedimentos, definir condições e métodos de trabalho.

2.1.3 Isomorfismo coercitivo

O isomorfismo coercitivo segue a linha de homogeneização das organizações. Segundo Sampaio *et al.* (2012), o isomorfismo coercitivo decorre de forças impositivas ou não formais sobre uma organização, impostas por órgãos governamentais. Um exemplo pode ser visualizado a partir de imposições legais, onde se tem como objetivo buscar os desejos de uma parcela da sociedade em que está integrada a organização.

Ainda em relação ao conceito de isomorfismo coercitivo, de acordo com DiMaggio e Powell (1985, p. 77): “o isomorfismo coercitivo resulta tanto de pressões formais, quanto de pressões informais exercidas sobre organizações por outras organizações das quais elas dependem, e pelas expectativas culturais da sociedade em que atuam”. Logo, o isomorfismo coercitivo é um mecanismo capaz de impor uniformidade entre as organizações.

2.2 Disclosure Socioambiental e os Relatórios anuais e de Sustentabilidade

As organizações públicas e privadas possuem obrigação econômica e social de demonstrarem como está sustentada a sua relação com a sociedade. Murcia *et al.* (2010) conceituam *disclosure* como o ato de divulgar, evidenciar, tornar algo evidente, público. Reis *et al.* (2013) explicam que o *disclosure* está ligado com o conceito de transparência e relaciona-se à evidenciação de informações, que pode ser obrigatória, quando exigida em leis, ou voluntária, quando trata de informações suplementares.

O *disclosure* é obrigatório e faz-se presente por força da legislação. É considerado um meio garantidor de maior confiabilidade e padronização das informações divulgadas, assegurando que sejam supridas as necessidades informacionais dos usuários. (GONÇALVES; OTT, 2002). Já quando o *disclosure* se torna voluntário, não é caracterizado pela presença de regulamentos norteadores de suas práticas, por isso a divulgação de informações suplementares pode ser percebida como uma possível vantagem competitiva, como fator de redução de riscos (MURCIA *et al.*, 2010).



Desta forma, as informações divulgadas com transparência e confiabilidade pelas organizações em seus relatórios anuais e de sustentabilidade, servem como ferramenta fundamental para tomada de decisões aos usuários internos e externos da sociedade.

2.2.1 Evidenciação Contábil

A evidenciação para a contabilidade é requisito essencial para a plena realização do seu objetivo principal, que é fornecer informações para a tomada de decisões. Ribeiro Filho *et al.* (2009, p. 79) destacam que “o objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações úteis para a tomada de decisão que representem a posição econômico-financeira da entidade, suas alterações e seus resultados”. Assim, as demonstrações contábeis, devem apresentar informações com atributos de comparabilidade, relevância e confiabilidade, para atender as necessidades dos usuários internos e externos das organizações.

Para a informação divulgada se tornar útil, é preciso que esta seja confiável, livre de erros e expor fidedignamente a realidade das empresas. A informação contábil deve estar baseada na utilidade de seus usuários, pois dentro de uma mesma entidade, diferentes objetivos são encontrados. Iudícibus (2009) alerta que ocultar informações ou divulgá-las de maneira muito resumida é tão prejudicial quanto fornecê-las em excesso. Desta forma, é preciso fornecer informações de qualidade, de modo que contribua no processo de tomada de decisões dos usuários.

Iudícibus (2010) explica que a evidenciação é um compromisso da contabilidade com seus usuários e com seus próprios objetivos. Apesar de existir várias formas de evidenciação, a essência é apresentar informações que propiciem uma base adequada de informação para o usuário, por isso, o responsável pela elaboração das informações contábeis deve sempre maximizar a extensão dos atributos qualitativos, com vistas a melhorar a qualidade informacional divulgada a seus usuários.

No sentido de criar procedimentos para divulgação de informações socioambientais, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) T – 15 em 2004. Esta norma, estabelece procedimentos para evidenciação de informações com gastos relacionados com recursos humanos, com a sociedade e com o meio ambiente, que para fins desta pesquisa foram baseados no modelo operacional criado por Sampaio *et al.* (2012).

Este modelo é composto por: Indicadores Sociais Internos (ISI), que contemplam a evidenciação de informações com gastos com remuneração de funcionários e encargos sociais, benefícios, movimentação de funcionários e estagiários, participação nos lucros, descrição por gênero, faixa etária e nível de escolaridade, entre outros; Indicadores Sociais Externos (ISE) contemplam a evidenciação de informações sobre a relação com a comunidade, gastos com educação, cultura, saneamento, infraestrutura, esportes e lazer; Indicadores Ambientais (IA) incluem a evidenciação de informações sobre os programas e projetos de recuperação ambiental, gastos com educação ambiental de funcionários e comunidade, quantidade de processos ambientais, riscos ambientais, passivos contingentes, dentre outros; *Global Reporting Initiative* (GRI) metodologia utilizada pelas empresas para divulgação de informações de sustentabilidade.

Com o objetivo de incentivar as empresas a divulgarem relatórios de sustentabilidade foram criadas diretrizes pela *Global Reporting Initiative*. O GRI é uma organização que produz a mais abrangente estrutura para relatórios de sustentabilidade do mundo, tendo como objetivo



fundamental proporcionar maior transparência organizacional. Dentre alguns benefícios apontados pelo GRI para adoção das práticas na elaboração dos relatórios de sustentabilidade está relacionado com o comprometimento da organização para o desenvolvimento sustentável de uma maneira responsável e transparente.

Segundo a GRI (2000, p. 3) elaborar relatórios de sustentabilidade consiste em uma prática de mensurar, divulgar e prestar contas para *stakeholders* internos e externos do desempenho organizacional visando o desenvolvimento sustentável. Seu propósito é “descrever os impactos econômicos, ambientais e sociais (*triplebottomline*) de uma organização, como o relatório de responsabilidade social empresarial, o balanço social, entre outros” (GRI, 2000, p. 3).

2.2.2 Responsabilidade social e *Accountability* ambiental

Com o fortalecimento da economia global, a população está exigindo maiores e melhores cuidados específicos com o meio ambiente. As pressões vindas da sociedade acabam obrigando as organizações a adotar práticas responsáveis. De acordo com o Instituto Ethos (2009) a responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os órgãos públicos com os quais ela se relaciona, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução da desigualdade social.

A era da responsabilidade social, abre caminho para que as organizações comecem a pensar sobre os reflexos de sua atuação na sociedade e no meio ambiente. Além disso, a própria sociedade começa a demonstrar interesse por ter no mercado sociedades que adotem para suas atividades valores éticos e não se visam exclusivamente à obtenção de lucros para seus sócios (MYSZCZUK; GLITZ, 2009).

Nesse contexto de transformações no mercado e na sociedade é que o tema *accountability* ambiental surge como novo padrão ético, que deve ser seguido pelas organizações e pelo mercado.

A adoção dos sistemas de gestão ambiental implica a necessidade de mensurar, registrar e evidenciar os investimentos, obrigações e resultados alcançados pela empresa. Desta forma, abre-se espaço para a transparência das informações contábeis divulgados aos seus usuários, estreitando a relação entre o sistema de gestão ambiental e a contabilidade ambiental (ELIAS; OLIVEIRA; QUINTÁRIOS, 2009). Com este aumento na transparência é notável a criação de oportunidades de questionamentos acerca dos custos, informações aos consumidores, informações aos usuários, sejam estes internos ou externos.

O principal objetivo da contabilidade ambiental é propiciar informações regulares aos seus usuários acerca de eventos ambientais que causam modificações na situação da respectiva entidade. Para MYSZCZUK e GLITZ (2009), a ideia de uma contabilidade ambiental ganha espaço na sociedade, tornando as demonstrações contábeis mais um instrumento de gestão ambiental, podendo abranger diferentes usuários destas informações. Com isso, uma empresa que reconheça suas responsabilidades ambientais e sociais pode diminuir seus riscos financeiros futuros, decorrentes de possíveis incidentes ambientais.

2.3 Estudos anteriores

Estudos já desenvolvidos sobre a temática corroboram a presente pesquisa e fortalece sua contribuição para área do conhecimento na evidenciação das informações socioambientais nos relatórios contábeis e de sustentabilidade nas mineradoras no Brasil.

Sampaio *et al.* (2012), aprofundou sua pesquisa em 9 empresas do segmento de mineração no Brasil, analisando os relatórios anuais e de sustentabilidade divulgados por estas empresas. A pesquisa teve como questionamento, se os indicadores socioambientais contidos nos relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas que exploram a atividade de mineração tendem a ser isomórficos considerando o intervalo temporal de 2005 a 2009. Desta forma foi analisada a existência da evidenciação das informações para um grupo de indicadores estabelecidos pela pesquisa. Os resultados obtidos permitiram confirmar parcialmente um processo isomórfico entre as empresas na evidenciação de informações no período temporal analisado.

Dias *et al.* (2014), apresentou em sua pesquisa uma análise em 5 empresas do segmento de mineração no Brasil, estudando os relatórios anuais e de sustentabilidade divulgados pelas empresas. A pesquisa tem como questão norteadora, a forma que a teoria da legitimidade pode explicar as características que avaliam o nível de autenticidade nas evidenciações de informações socioambientais. Os resultados obtidos evidenciam que o volume de informações nos relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas de mineração selecionadas na amostra aumentou gradativamente durante o período analisado.

3. Procedimentos Metodológicos

O enquadramento da pesquisa é caracterizado por uma abordagem predominantemente qualitativa, de cunho descritivo, envolvendo um levantamento documental por meio dos demonstrativos contábeis das empresas do segmento analisado.

Para investigar, o nível socioambiental evidenciado nos relatórios contábeis das empresas brasileiras que exploram a atividade de mineração, foi realizado uma pesquisa no software *Econômica* para identificar as empresas deste segmento que apresentaram maior Patrimônio Líquido no ano de 2013. A escolha por este critério justifica-se por identificar em forma de *ranking* a participação de cada entidade no segmento de mineração.

Foram coletados os relatórios anuais e de sustentabilidade, disponíveis no sítio de cada empresa e no sítio da BM&FBOVESPA dos anos de 2008 e 2013, das cinco empresas que apresentaram maior Patrimônio Líquido no ano de 2013. Durante o período de realização da pesquisa, foram analisados os relatórios destas empresas para verificar o nível de evidenciação socioambiental apresentado nesse período. Com isso, analisou-se a variação no volume de informações socioambientais neste intervalo temporal.

As empresas selecionadas para estudo foram: Vale S.A., Litol, Magnesita S.A. MMX Miner e Samarco. A análise foi feita com base nos relatórios anuais e de sustentabilidade dessas cinco empresas, dos exercícios de 2008 e de 2013, totalizando dez relatórios. Foi analisado, o nível de evidenciação socioambiental para cada grupo de indicadores estabelecidos pela pesquisa, o atendimento às orientações da NBC – T-15 e as diretrizes para Elaboração do Relatório de Sustentabilidade emitido pelo GRI.

Os grupos de indicadores socioambientais adotados nesta análise, são estabelecidos por Sampaio *et al.* (2012), que investigam a fixação de indicadores, com relação ao ambiente social interno e externo e as relações da empresa com o meio ambiente no segmento de mineração. Em relação aos indicadores do Instituto Ethos e o Ibase, os indicadores selecionados foram aqueles que devem compor os relatórios anuais e de sustentabilidade, direcionados aos aspectos sociais internos, externos e ambientais. Considerando a relevância do GRI no cenário internacional e também pelo número de empresas que vêm adotando esta metodologia para elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, considerou-se viável incluir como variante, o estabelecimento de um indicador que investigue o atendimento às diretrizes do Global Reporting *Initiative*.

Para verificar o nível de evidenciação socioambiental nas empresas estudadas, foram selecionados quatro indicadores: Indicadores Sociais Internos (ISI), Indicadores Sociais Externos (ISE), Indicadores Ambientais (IA) e uma análise de atendimento as diretrizes do GRI. Para cumprir esta etapa, são construídas questões para cada grupo de indicador, que podem ser observadas no quadro 1, onde as respostas são convertidas em variáveis.

Quadro 1 – Questões elaboradas para cada grupo de indicadores

Análise de Indicadores Sociais Internos (ISI)	Análise de Indicadores Sociais Externos (ISE)
Evidencia a remuneração média dos funcionários? Evidencia os gastos com encargos sociais? Evidencia os gastos com alimentação e transporte? Evidencia os gastos com previdência privada e saúde? Evidencia os gastos com segurança e medicina do trabalho? Evidencia os gastos com educação e cultura? Evidencia os gastos com desenvolvimento profissional? Evidencia os gastos com creches ou auxílio creche? Evidencia informação das participações nos lucros? Evidencia a movimentação de funcionários (admissão, demissão de funcionários e estagiários)? Evidencia quantidade de funcionários por gênero, faixa etária, nível de escolaridade? Evidencia informações com relação a causas trabalhistas?	Evidencia gastos com educação? Evidencia gastos com cultura? Evidencia gastos com saneamento? Evidencia gastos com saúde? Evidencia gastos com esporte e lazer?
Análise de Indicadores Ambientais (IA)	Análise de Atendimento as Diretrizes do GRI (GRI)
Evidencia os investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente? Evidencia os investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados? Evidencia os investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade? Evidencia os investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade? Evidencia os investimentos e gastos com outros projetos ambientais? Evidencia a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade? Evidencia impactos ambientais negativos / riscos ambientais? Evidencia o valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente? Evidencia informações sobre passivos e contingências ambientais?	Evidencia a estratégia e análise? Define os parâmetros do relatório? Evidencia sobre governança, compromissos e engajamento? Evidencia as formas de gestão? Evidencia o resultado econômico? Evidencia informações sobre a gestão de materiais, energia, água, biodiversidade, emissões de resíduos, produtos e serviços, transportes, outros? Evidencia informações sobre práticas trabalhistas e trabalho decente? Evidencia informações sobre os direitos humanos? Evidencia informações sobre a sociedade? Evidencia informações sobre a responsabilidade pelo produto?

Fonte: Sampaio *et al.* (2012).

Por meio destas questões, atribuiu-se código 1 (um) para as respostas avaliadas como “péssimo”, 2 (dois) “ruim”, 3 (três) bom, 4 (quatro) “muito bom” e 5 (cinco) excelente. Posteriormente, foram somadas as respostas que serviram como parâmetro para verificação do nível da informação evidenciada em cada quadrante. Portanto, quanto maior a quantidade de

evidenciações individuais em cada quadrante, maior é o valor atribuído para cada grupo de indicador.

Para análise dos dados encontrados com a aplicação das questões de cada indicador, utilizou-se a escala Likert, e foram utilizados como ferramentas estatísticas a média e o desvio padrão, comparando-se os resultados encontrados para cada indicador abordado na pesquisa. A escolha desta técnica justifica-se por, verificar possíveis variações nos níveis socioambientais evidenciados nos relatórios contábeis e de sustentabilidade das empresas analisadas.

A partir da comparação dos resultados encontrados, relacionados ao volume de informação evidenciada nos relatórios anuais e de sustentabilidade, foi possível investigar o nível socioambiental para cada grupo de indicador. Dessa forma, os dados foram apresentados em gráficos, que evidenciam os dados obtidos com a aplicação das questões, com o objetivo de comparar os valores encontrados nos dois anos estudados.

4. Análise e Discussão dos Resultados

Neste capítulo, faz-se a descrição e análise dos dados. Inicia-se, com a apresentação dos resultados encontrados nos grupos de indicadores socioambientais das cinco empresas analisadas. A tabela 1 evidencia a evolução das frequências da amostra nos dois exercícios explorados. Por meio da análise comparativa de médias, nota-se que nesse intervalo temporal houve um aumento no nível de informações evidenciadas.

Tabela 1 – Evolução das médias e desvio padrão (Frequências)

Indicador	2008		2013	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
ISI	2,35	0,94	3,32	1,36
ISE	2,56	1,08	3,36	1,38
IA	2,44	1,06	3,38	1,28
GRI	2,86	0,83	3,78	0,84

Fonte: Elaboração própria.

A maior elevação na média foi com relação ao GRI, uma vez que as empresas estão sofrendo maiores pressões vindas da sociedade em relação às questões relacionadas à sustentabilidade. Outro fator importante que justifica este aumento da média é referente à relevância deste relatório para diversos organismos internacionais dessas empresas.

Nos demais indicadores analisados, nota-se que também houve um aumento da média em 2013 comparado com 2008, comprovando que houve um aumento no nível das informações socioambientais evidenciadas nos relatórios contábeis das empresas brasileiras de mineração. Isto pode ser explicado pelo fato da sociedade, organizações ambientalistas e poder público, estarem mais atentos às práticas dessas empresas, com objetivo de verificar o nível e a transparência dessas informações.

Na tabela 2, é evidenciado o comportamento do indicador ISI nos anos de 2008 e 2013 das cinco empresas da amostra, nesta tabela é apresentado à variação absoluta, frequência relativa e frequência acumulada.

Tabela 2 – Comportamento do indicador ISI

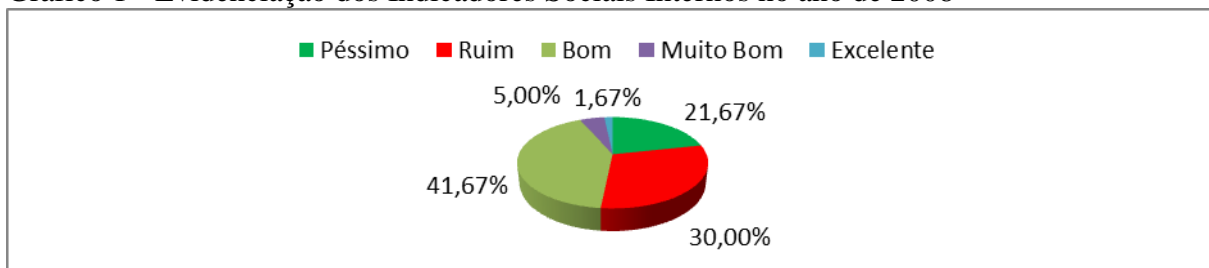
ISI	2008			2013		
	Variação absoluta	Frequência Relativa	Frequência Acumulada	Variação absoluta	Frequência Relativa	Frequência Acumulada
Péssimo	13	21,67%	21,67%	8	13,33%	13,33%
Ruim	18	30,00%	51,67%	10	16,67%	30,00%
Bom	25	41,67%	93,34%	11	18,33%	48,33%
Muito Bom	3	5,00%	98,34%	17	28,33%	76,66%
Excelente	1	1,67%	100,00%	14	23,33%	100,00%
Total	60	100,00%		60	100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Das 12 questões relacionadas ao indicador ISI, aplicadas nas cinco empresas analisadas nos anos de 2008 e 2013, nota-se que o nível das informações divulgadas pelas empresas teve uma melhora no período temporal estudado. Os números que estão evidenciados acima nos permitem concluir que no ano de 2013, as empresas passaram por um aumento na qualidade e transparência das informações no que se refere ao ISI.

No ano de 2008, o percentual de alternativas com grau avaliado como “bom”, foi o que teve maior destaque, representando 41,67% da amostra, já referente ao nível de evidenciação avaliado como “excelente”, obteve-se um resultado pouco expressivo na amostra, de apenas 1,67%. Percebe-se, que neste ano o grau de alternativas avaliadas como “péssimo” e “ruim” representam mais que a metade da amostra, com 51,67%. No gráfico 1, pode ser observado o nível da evidenciação das informações obtidas referente ao indicador ISI no ano de 2008.

Gráfico 1 - Evidenciação dos Indicadores Sociais Internos no ano de 2008

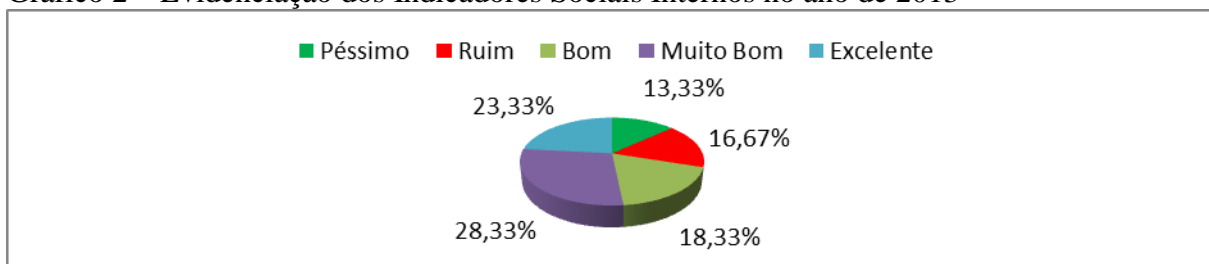


Fonte: Elaboração própria

Analisando os dados encontrados no ano de 2013, a alternativa “muito bom” foi a que teve maior destaque, representando 28,33%, seguidas por “excelente” e “bom”, com 23,33% e 18,33%, respectivamente. Nota-se um aumento de 21,66% no grau de alternativas avaliadas como “excelente” e 23,33% nas alternativas avaliadas como “muito bom”. Dessa forma, o número de questões avaliadas como “péssimo” e “ruim” tem seus percentuais reduzidos em 8,34% e 13,33%, respectivamente se comparados com 2008. Os dados encontrados na amostra permitem concluir que ao longo desse período temporal, houve uma maior preocupação das empresas em relação à divulgação de informações com qualidade sobre profissionalização e responsabilidade social da organização. O resultado do indicador estudado demonstra um processo de isomorfismo normativo ao longo do período analisado.

No gráfico 2, é apresentado a evolução do nível de informações evidenciadas no ano de 2013 em relação ao ISI.

Gráfico 2 – Evidenciação dos Indicadores Sociais Internos no ano de 2013



Fonte: Elaboração própria.

A tabela 3 evidencia a evolução das frequências relativas e acumuladas, assim como a variação absoluta de cada alternativa referente aos Indicadores Sociais Externos nos dois anos analisados.

Tabela 3 – Comportamento do indicador ISE

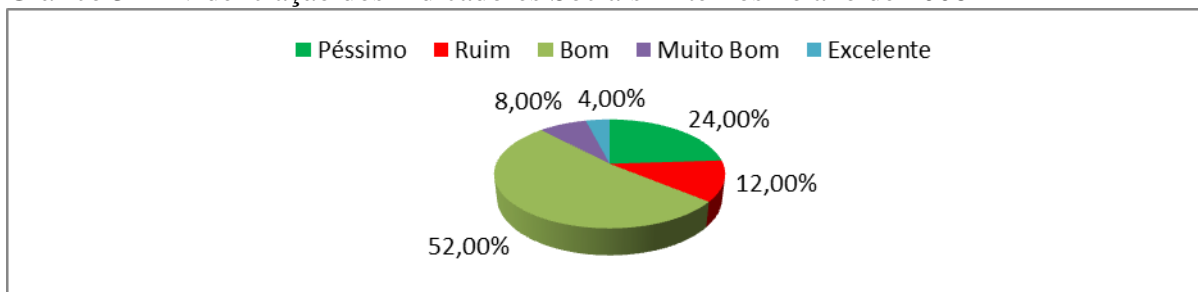
ISE	2008			2013		
	Variação absoluta	Frequência Relativa	Frequência Acumulada	Variação absoluta	Frequência Relativa	Frequência Acumulada
Péssimo	6	24,00%	24,00%	4	16,00%	16,00%
Ruim	18	12,00%	36,00%	2	8,00%	24,00%
Bom	13	52,00%	88,00%	6	24,00%	48,00%
Muito Bom	2	8,00%	96,00%	7	28,00%	76,00%
Excelente	1	4,00%	100,00%	6	24,00%	100,00%
Total	25	100,00%		25	100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao ISE, foram aplicadas cinco questões, no intuito de identificar o nível da evidenciação das informações nos dois anos estudados. Com os resultados apresentados acima, é comprovado uma melhora no nível das informações divulgadas pelas empresas de mineração no período temporal analisado. A transparência e a qualidade das informações em relação ao ISE é um dos motivos para que as empresas apresentem um nível mais elevado de evidenciação socioambiental.

No ano de 2008, nota-se um grande número de alternativas avaliadas como “péssimo” e “ruim”, 24% e 12% respectivamente. As questões avaliadas como “excelente”, representam apenas 4% da amostra, ou seja, apenas uma questão foi avaliada como excelente. Isso demonstra que, as empresas brasileiras de mineração neste período, ainda não apresentavam grande preocupação em relação aos indicadores sociais externos. Os números evidenciam que, 88% da frequência acumulada, representam as alternativas de menor valor de qualidade da informação. No gráfico 3, é possível observar os resultados obtidos na aplicação do indicador nos relatórios contábeis e de sustentabilidade.

Gráfico 3 – Evidenciação dos Indicadores Sociais Externos no ano de 2008

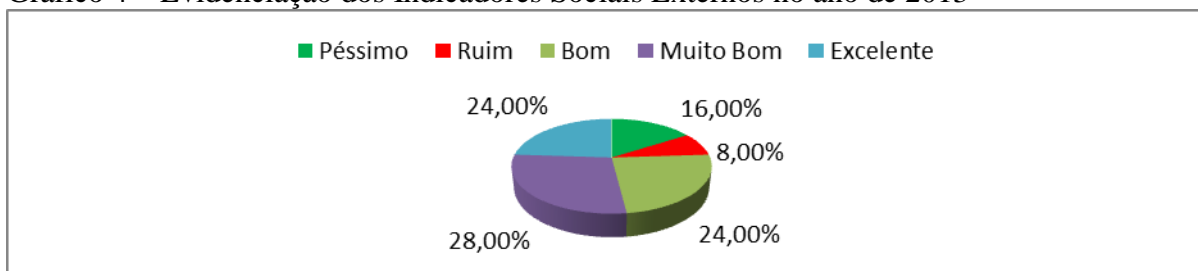


Fonte: Elaboração própria.

Analisando os dados encontrados no ano de 2013 referente ao ISE, é possível notar um aumento no nível de evidenciação das informações divulgadas pelas empresas na amostra. A alternativa “muito bom” foi a que teve maior destaque, representando 28%, em seguida aparece as alternativas “excelente” e “bom”, ambas com percentual de 24%. Comparando os percentuais encontrados de 2008 e 2013, a alternativa avaliada como “péssimo” teve uma redução de 8%. As alternativas com menor valor de qualidade da informação, que no ano de 2008 representam 88%, no ano de 2013 passam a ser um percentual de 48%, consequentemente, resultou em um aumento de 20% nas alternativas avaliadas como “excelente” e “muito bom”, isso demonstra uma maior preocupação das empresas em relação aos indicadores de responsabilidade social.

No gráfico 4, é apresentado a evolução do nível de informações evidenciadas no ano de 2013 em relação aos Indicadores Sociais Externos.

Gráfico 4 – Evidenciação dos Indicadores Sociais Externos no ano de 2013



Fonte: Elaboração própria.

Na tabela 4, é evidenciado o comportamento dos Indicadores Ambientais no ano de 2008 e 2013 das empresas selecionadas na amostra.

Tabela 4 – Comportamento do indicador IA

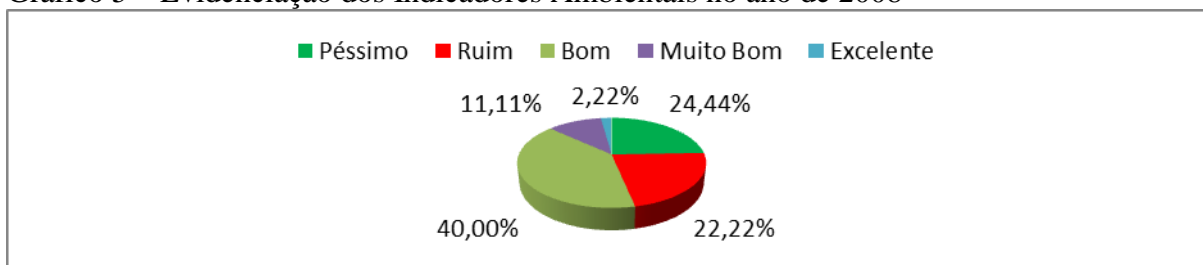
IA	2008			2013		
	Variação absoluta	Frequência Relativa	Frequência Acumulada	Variação absoluta	Frequência Relativa	Frequência Acumulada
Péssimo	11	24,44%	24,44%	5	11,11%	11,11%
Ruim	10	22,22%	46,66%	6	13,33%	24,44%
Bom	18	40,00%	86,66%	11	24,44%	48,88%
Muito Bom	5	11,11%	97,77%	13	28,89%	77,77%
Excelente	1	2,22%	100,00%	10	22,22%	100,00%
Total	45	100,00%		45	100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Neste indicador são analisadas 9 questões, assim como nos outros indicadores analisados anteriormente, o IA também apresenta uma melhora no nível das informações divulgadas pelas empresas. Algumas das razões para explicar isto, é uma maior preocupação por parte das empresas de mineração em relação à sustentabilidade, além da utilização do isomorfismo coercitivo pelas organizações, a fim de seguir uma linha de homogeneização.

Em análise aos dados encontrados no ano de 2008, as alternativas “péssimo” e “ruim” se somadas representam cerca de 47%, ou seja, quase metade dos dados encontrados neste ano em relação ao IA apresentam um nível de evidenciação das informações de baixa qualidade. As questões avaliadas como “excelente”, representam apenas 2,22% da amostra, em valores numéricos, isto representa que apenas uma das nove questões aplicadas apresenta alternativa com grau avaliado como “excelente”. Em seguida, esses percentuais são demonstrados por meio de um gráfico para melhor entendimento do resultado obtido.

Gráfico 5 – Evidenciação dos Indicadores Ambientais no ano de 2008

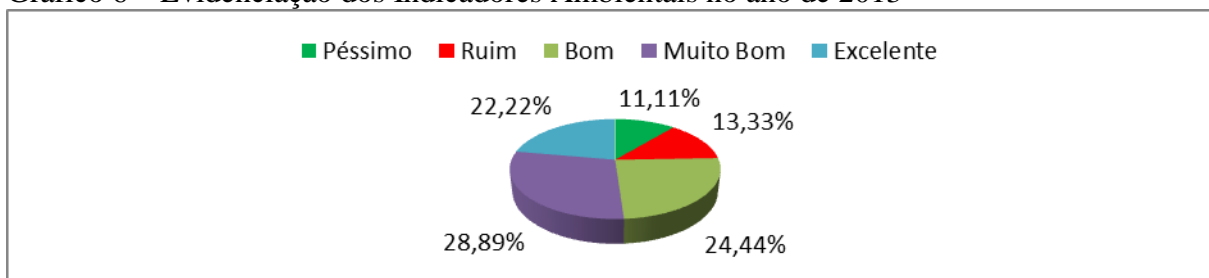


Fonte: Elaboração própria.

Assim, como nos outros dois indicadores analisados, o nível de evidenciação do IA apresenta uma variação positiva no ano de 2013 se comparado com o ano de 2008. Os resultados encontrados demonstram que a alternativa “muito bom” é a que tem maior destaque na amostra, representando 28,89%, em seguida aparece a alternativa “bom” com 24,44% e “excelente” com 22,22% dos dados obtidos. Nota-se, um aumento de 20% na alternativa “excelente” se comparada com o ano de 2008, este aumento também é encontrado na alternativa “muito bom”, apresentando um aumento de 17,78% em relação a 2008. Dessa forma, tem-se uma redução de 6 questões avaliadas como “péssimo”, em percentuais isto representa cerca de 13 pontos percentuais. Os dados obtidos nos permitem concluir que ao longo do período temporal estudado, as empresas brasileiras de mineração estão apresentando informações com maior nível de qualidade e transparência, a fim de se adequar aos parâmetros das demais organizações.

No gráfico 6, é apresentado os resultados encontrados no ano de 2013 em relação aos Indicadores Ambientais.

Gráfico 6 – Evidenciação dos Indicadores Ambientais no ano de 2013



Fonte: Elaboração própria.

A tabela 5 sumariza os resultados obtidos com a análise que buscou investigar o atendimento às diretrizes estabelecidas pelo GRI nos anos de 2008 e 2013.

Tabela 5 – Comportamento do indicador GRI

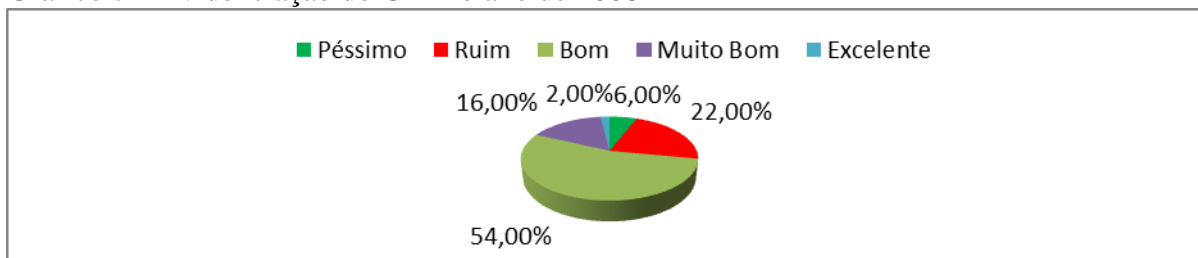
GRI	2008			2013		
	Variação absoluta	Frequência Relativa	Frequência Acumulada	Variação absoluta	Frequência Relativa	Frequência Acumulada
Péssimo	3	6,00%	6,00%	0	0,00%	0,00%
Ruim	11	22,00%	28,00%	3	6,00%	6,00%
Bom	27	54,00%	82,00%	15	30,00%	36,00%
Muito Bom	8	16,00%	98,00%	22	44,00%	80,00%
Excelente	1	2,00%	100,00%	10	20,00%	100,00%
Total	50	100,00%		50	100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao GRI, são analisadas 9 questões, com o objetivo de identificar a variação no nível de evidenciação das informações nos dois anos estudados. Assim como nos outros indicadores, o GRI também apresenta uma variação positiva no nível das informações divulgadas, se compararmos os anos de 2013 e 2008. Essa variação pode ser explicada pelo fato da maioria das organizações possuírem relações comerciais com outros países, sendo que a proposta do GRI é aceita internacionalmente.

No ano de 2008, a alternativa avaliada como “péssimo”, não teve um percentual de destaque na amostra, representando apenas 6% das questões aplicadas nas empresas selecionadas. Na frequência acumulada, 28% das alternativas é avaliado como “péssimo” e “ruim”, percentual inferior aos encontrados nos outros indicadores no mesmo período. Os percentuais que apresentam maior destaque na amostra é a alternativa avaliada como “bom”, com 54%, seguidos por “ruim” e “muito bom” com 22% e 16% respectivamente. No gráfico 7 é demonstrado esses percentuais em relação ao GRI no ano de 2008.

Gráfico 7 – Evidenciação do GRI no ano de 2008



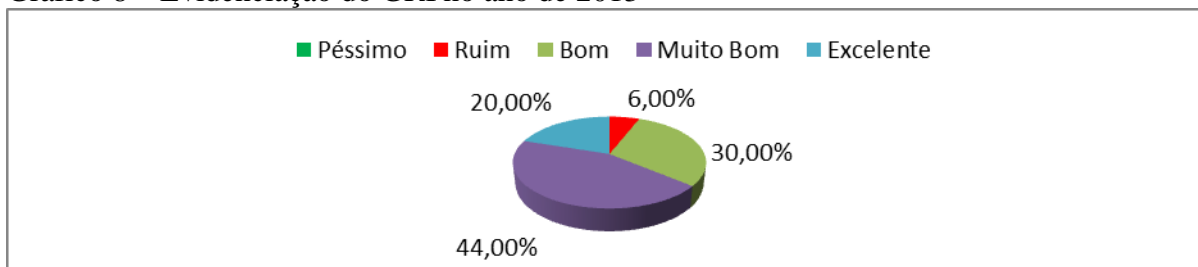
Fonte: Elaboração própria.

Em análise aos dados do ano de 2013, verifica-se um aumento no nível de evidenciação das informações se comparadas com o ano de 2008. Onde neste ano, a alternativa avaliada como “péssimo”, não teve incidência nos itens analisados e a alternativa “ruim”, representa apenas 6% das respostas encontradas. Nota-se, que as alternativas “excelente” e “muito bom”, se somadas, representam 64% das respostas dos itens que foram aplicados na pesquisa, números que comprovam uma melhora no nível de evidenciação das informações em relação a este indicador. Isso revela uma tendência das empresas brasileiras que atuam no segmento de mineração, a adotarem as recomendações para a elaboração dos relatórios anuais e de sustentabilidade.

Na análise dos resultados do indicador GRI, verificou-se a presença do isomorfismo mimético, onde as empresas tidas como de sucesso em relação à elaboração dos relatórios de sustentabilidade, são observadas e imitadas pelas demais organizações do mesmo segmento.

No gráfico 8 é evidenciado o resultado encontrado no ano de 2013 em relação ao GRI.

Gráfico 8 – Evidenciação do GRI no ano de 2013



Fonte: Elaboração própria.

A partir dos resultados obtidos na pesquisa, é possível confirmar um aumento no nível de evidenciação socioambiental, nos relatórios contábeis das empresas brasileiras de mineração no período temporal analisado. Isso demonstra que, ao longo do tempo estudado, as informações socioambientais passaram a ter maior importância para os usuários internos e externos das organizações.

5. Considerações Finais

Neste artigo, buscou-se averiguar um possível aumento no nível de informações socioambientais nos relatórios contábeis das empresas brasileiras que exploram a atividade de mineração. Para isto, foram aplicados quatro indicadores, sendo três deles extraídos da Norma Brasileira de Contabilidade T – 15 e, em consonância, com as recomendações dos institutos



Ethos e IBASE. Além desses, essa pesquisa elencou mais um indicador para verificar o atendimento as diretrizes do GRI. Desta forma, foi investigado o nível socioambiental dos relatórios anuais e de sustentabilidade, no período que compreende dois anos distintos, 2008 e 2013, das empresas do segmento de mineração.

Os resultados obtidos permitiram confirmar um aumento no nível das informações socioambientais nas empresas estudadas no período que compreende um intervalo temporal de quatro anos. O aumento no nível da evidenciação das informações divulgadas pelas empresas pode ser visto na análise dos quatro indicadores utilizados na pesquisa, onde o maior aumento é em relação ao atendimento as diretrizes do GRI.

Tais resultados encontrados podem ter sido influenciados por uma maior percepção das empresas sobre a normatização de aspectos sociais e maiores investimentos em relação à sustentabilidade, a fim de respeitar o meio ambiente e mudar de forma positiva a imagem das empresas junto aos clientes e investidores.

Os resultados também fornecem evidências para a discussão de regulamentação sobre a evidenciação de aspectos ambientais e sociais. Verificou-se que as empresas do segmento de mineração, buscam por meio de programas de autocontrole ambiental, minimizar os impactos causados ao meio ambiente. Ao longo do período analisado, nota-se uma maior preocupação por parte das empresas em relação aos reflexos socioambientais, procurando se adequar aos parâmetros das demais organizações.

Outro aspecto que merece destaque, é que a evidenciação das informações relacionadas aos aspectos ambientais, que indicam impactos negativos ou atividades de risco ambiental desenvolvidas pelas empresas estudadas, não são divulgadas de maneira completa o evento na qual a empresa está envolvida. Sendo assim, não foi encontrado um aumento de destaque no nível dessas informações nos relatórios contábeis analisados.

A partir do estudo, observou-se a necessidade de trabalhar os itens evidenciados em cada grupo de indicador com os dados relativos aos encontrados nos relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas brasileiras de mineração. Desta forma, maior suporte gerencial pode ser dado aos agentes internos e externos das organizações, que buscam informações de apoio à tomada de decisão.

Essas conclusões se restringem à amostra e ao período analisado. Para pesquisas futuras, sugere-se que sejam agregados outros indicadores, com objetivo de evidenciar o nível das informações socioambientais divulgadas nos relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas do segmento de mineração.

Referências

ADAMS, C. A.; HILL, W.; ROBERTS, C. B. Corporate social reporting practices in Western Europe: legitimating corporate behavior **British Accounting Review**, v. 30, p. 1-21, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1006/bare.1997.0060>>. Acesso em 07 de outubro de 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC 1.003 de 19.08.2004.**

NBC T 15. Dispõe sobre as Informações de natureza social e ambiental. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Default.aspx>> Acesso em 24 de setembro de 2014.



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC 1.121 de 28.03.2008.** Dispõe sobre a Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Default.asp>> Acesso em 24 de setembro de 2014.

DEEGAN, C.; RANKIN, M. The environmental reporting expectations gap: Australian evidence. **British Accounting Review**, vol. 31, nº3, p. 313-346. 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1006/bare.1999.0102>>. Acesso em 10 de outubro de 2014.

DIAS FILHO, J. M. Novos Delineamentos teóricos em contabilidade. In: RIBEIRO FILHO, J.F.R.; LOPES, J.; PEDERNEIRAS, M. (Org.). **Estudando Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

DIAS FILHO, J. M.; MACHADO, L. H. B. Abordagens da pesquisa em contabilidade. In: IUDÍCIBUS, S.; LOPES, A.B. **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

DIAS, Claudevi Pereira *et al.* **Evidenciação de Informações Socioambientais, Teoria da Legitimidade e Isomorfismo: Um estudo com mineradoras brasileiras**. In: 5º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade, 2014, Florianópolis. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/arquivos_artigos/artigos/901/20140425161338.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2014.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, p. 147-160, Abril, 1983. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2307/2095101>>. Acesso em 15 de outubro de 2014.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

ELIAS, Leila, M.S de Lima. Oliveira. Edson A. Querido. QUINTÁRIOS Pulo C. de Ribeiro. Responsabilidade Ambiental: Um estudo sobre o uso da evidenciação contábil pelas indústrias de transformação mineral no estado do Pará: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Vol. 5, nº 3, set-dez 2009.

ETHOS. **Instituto Ethos de Empresas de Responsabilidade Social**. Disponível em: <[Http://www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br). > Acesso em 08 de novembro de 2014.

GIMENEZ, F.A.P.; HAYASHI JUNIOR, P.; GRAVE, P.S. Isomorfismo Mimético em Estratégia: II Encontro de Estudos em Estratégia **Anais** Rio de Janeiro: ANPAD. CD, 2005. GRANDORI R.; SODA A. Inter-firm network. *Organization Studies*, v. 16, n. 2, p. 183- 214, 1995.



GONÇALVEZ, O.; OTT, E. A evidenciação nas companhias brasileiras de capital aberto. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD). Salvador, BA, Brasil, 26, 2002.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade**. Disponível em <<http://www.globalreporting.org>> Acesso em 08 de novembro de 2014.

IBASE. **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas**. Disponível em: <[HTTP://www.IBASE.br](http://www.IBASE.br)>. Acesso em 08 de outubro de 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de & MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 2ª ed., São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes Vasconcelos. **Teoria Geral da Administração**. 3. ed. São Paulo: Thomson Learning Edições, 2006. 428 p.

MACHADO, Márcia Reis; NASCIMENTO, Artur Roberto do; MÚRCIA, Fernando. Análise crítica - epistemológica da produção científica em contabilidade social e ambiental no Brasil.: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9, 2009, São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP, 2009.

MYSZCZUK, Ana Paula; GLITZ, Frederico Eduardo. Accountability socioambiental, lei e mercado: Novas estratégias de defesa do meio ambiente no século XXI. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais**, Curitiba, v. 2, n. 11, p.117, nov.2009. Disponível em:<http://www.fredericoglitz.adv.br/biblioteca_detalhe/77/acountability-socioambiental--lei-e-mercado-novas-estrategias-de-defesa-do-meio-ambiente-no-século-xxi>. Acesso em: 04 nov. 2014.

REIS, Anderson de Oliveira *et al.* DISCLOSURE DA RECUPERABILIDADE DO VALOR DO ATIVO IMOBILIZADO: ANÁLISE NO SETOR SIDERÚRGICO BRASILEIRO. **Revista Ambiente Contábil**, Minas Gerais, v. 5, n. 2, p.37-52, jul. 2013. Mensal. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>>. Acesso em: 04 set. 2013.

SAMPAIO, M. S.; GOMES, S. M. S.; BRUNI, A. L.; DIAS FILHO, J. M. **Evidenciação de Informações Socioambientais e Isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras**. Revista Universo Contábil, v. 8, p. 105-122, 2012.



TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. A institucionalização da teoria institucional *in* CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISHER, T. (org.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2009. Vol. 1.